

## Eleição para diretoria da Adunicamp

Apenas uma chapa (Chapa Autonomia e Democracia) inscreveu-se para disputar as eleições para a Diretoria da Adunicamp, na gestão junho 2004/dezembro 2005.

Em todas as eleições em nossa entidade, um Boletim Especial é publicado logo após o período de inscrição de chapas, destinado à divulgação dos programas das chapas concorrentes.

**VOTE! PARTICIPE DA SUA ENTIDADE.**

## Chapa Autonomia e Democracia



Presidente:  
**Maria Aparecida Affonso Moysés**  
Profª. Titular (MS-6)  
Depto. de Pedriatria, FCM



1ª Tesoureira:  
**Alba Regina M. Souza Brito**  
Profª Titular (MS-6)  
Depto. de Fisiologia e Biofísica, IB



1ª Vice-Presidente:  
**Tânia Maria Alkmim**  
Profª. Associada (MS-5)  
Depto. de Linguística, IEL



2º Tesoureiro:  
**Paulo Cesar Centoducatte**  
Prof. Doutor (MS-3)  
Depto. de Sistema de Comunicação, IC



2º Vice-Presidente:  
**Mauro A. Pires Dias da Silva**  
Prof. Doutor (MS-3)  
Depto. de Enfermagem, FCM



Diretor Administrativo:  
**Giocondo Mário Negro Filho**  
Prof., mestrando  
Depto. de Construção Civil, Cotil



1º Secretário:  
**Plínio de Arruda Sampaio Junior**  
Prof. Doutor (MS-3)  
Depto. de História Econômica, IE



Diretora de Imprensa:  
**Maria Laura T. Mayrink-Sabinson**  
Profª. Associada (MS-5), aposentada  
Depto. de Linguística Aplicada, IEL



2ª Secretária:  
**Maria Cristina Bahia Wutke**  
Profª., mestranda  
Depto. de Ciências, Cotuca



Diretor Cultural:  
**Esdras Rodrigues**  
Prof. Doutor (MS-3)  
Depto. de Música, IA

ELEIÇÃO PARA DIRETORIA DA ADUNICAMP E DO ANDES-SN  
Dias 18 e 19 de maio de 2004  
Urnas nas unidades

# CHAPA AUTONOMIA

A eleição para a nova diretoria da Adunicamp ocorre em momento decisivo para a sociedade brasileira e, em particular, para a Universidade Pública, Gratuita, Laica, de Qualidade e Socialmente Referenciada, isto é, a Universidade que desejamos e que vimos todos nós constituindo a cada dia, em nosso trabalho docente e nas lutas em sua defesa.

**Após um curtíssimo período de grandes expectativas criadas pela vitória eleitoral de um enorme conjunto de forças sociais como resultado de profundos anseios por mudanças, deparamo-nos com a perplexidade causada pela manutenção dos rumos impostos ao país por políticas implantadas ao longo dos três governos anteriores.**

Defrontar-se não apenas com a ausência de mudanças, mas com o aprofundamento de uma política econômica baseada no controle fiscal e na submissão a organismos internacionais; com o descompromisso com políticas sociais; com o ataque deliberado aos serviços públicos – aqui incluída a Universidade –; com a intensiva privatização de recursos, espaços e instituições públicas – pela ruptura dos limites entre o público e o privado (vide o Projeto de Parceria Público Privado (PPP) e a Lei de Inovação Tecnológica, recentemente enviadas pelo governo federal ao Congresso Nacional) – imobiliza, ainda hoje, expressiva parcela do movimento docente.

A gravidade do momento alia questões estruturais a esse quadro desmobilizador. Ao longo dos últimos anos, os processos de endividamento interno e externo do país sofreram uma inflexão radical. Os serviços fundamentais para a vida da população foram duramente golpeados. A educação, incluída a Universidade, a saúde e a seguridade social públicas atravessam momentos cruciais.

Em 2003, vivemos e sofremos o ataque a direitos constitucionais dos trabalhadores do serviço público, com a modificação do Sistema de Previdência Pública e Solidária ao contrário do que sempre defendemos: a ampliação desse sistema a todos os trabalhadores, tanto do serviço público como do privado, garantindo o direito de recolher sobre a integralidade do salário recebido durante o exercício de suas atividades e, em consequência, o direito de receber aposentadoria e pensão integrais. Como ficou claro, tal concepção de Seguridade choca-se com interesses do capital financeiro e especulativo, que capta recursos imensos, a custo baixíssimo e a prazos a perder de vista por meio dos fundos de pensão e da previdência privada. A opção do governo federal – rapidamente secundado pelo governo estadual

paulista – nesta disputa entre interesses da população *versus* interesses especulativos ficou clara para todos nós. E ainda fomos agredidos por campanhas na mídia, pretendendo nos transformar em privilegiados e improdutivos. Nessa campanha, o governo contou, infelizmente, com a colaboração de alguns professores universitários, baluartes da defesa de direitos e da ética política em tempos anteriores.

Neste ano de 2004, a Universidade Pública e Gratuita torna-se mais do que nunca o alvo preferencial do governo federal, com a *Contra-Reforma da Universidade*. Esse ataque fica claro nas propostas do Grupo Interministerial, coordenado pela Casa Civil, no decorrer de 2003 (o documento foi publicado na Revista Adunicamp, nº 1 de 2004); no decreto lei sobre fundações (também publicado na mesma Revista). Entretanto, desta vez o ataque está vindo fatiado e já está em plena implementação, por meio de medidas provisórias e decretos leis. Afinal, apenas o fim da gratuidade do ensino em todos os níveis requer alteração da Constituição. Podemos lembrar algumas medidas recentes: a mudança no sistema de avaliação das universidades, submetendo-as aos humores do mercado; a acintosa transferência de recursos públicos para Universidades Privadas, pela compra de vagas (segundo estudos do MEC, o montante da renúncia fiscal envolvida nessa negociata seria suficiente para instalar, com qualidade, cursos noturnos em todas as Universidades Federais); a Proposta de Emenda Constitucional que institui o ensino pago nas Universidades Públicas; a proposta de outorgar às universidades privadas, com fins lucrativos, o título de “utilidade pública”, igualando-as, na prática, às Universidades Públicas na disputa por recursos públicos.

**Esse cenário, superficialmente delineado, permite prever duras batalhas em defesa da Universidade Pública e Gratuita, e do princípio de recursos públicos apenas para instituições públicas. Neste contexto, o movimento docente cumpre um papel fundamental.**

## QUEM SOMOS E O QUE PROPOMOS

Os docentes, que ora postulam a eleição para a diretoria da Adunicamp, integrando a chapa **Autonomia e Democracia**, expressam diferentes experiências, que convergem na construção deste programa. Dentre nós, sete são da atual diretoria da Adunicamp e se propõem, em conjunto com três novos membros da chapa, antigos com-

# E DEMOCRACIA

panheiros de lutas, a manter a Adunicamp como aglutinador das lutas dos docentes de nossa Universidade, atuando ao lado de movimentos sociais organizados na defesa de interesses da população.

Temos todos uma longa história de engajamento na luta em defesa da Universidade Pública e de direitos das pessoas que as constroem, em seu trabalho cotidiano, docentes, técnico-administrativos e discentes.

Consideramos que a Universidade deve ser um espaço de livre pensamento, de reflexão crítica e de respeito à pluralidade de idéias. Isto pressupõe que a Universidade se constitua como instituição autônoma em relação às esferas política, religiosa e econômica da vida social e que, mais do que nunca, a nação brasileira necessita de Universidades Públicas, Gratuitas, Laicas, de Qualidade e Socialmente Referenciadas.

Nossa atuação no movimento docente é fundada no princípio da autonomia e independência sindicais em relação aos poderes constituídos – governos, partidos, administrações, reitoria, religião – e pela democracia no âmbito de suas relações internas. O cenário político atual coloca para todos nós a importância de entidades sindicais autônomas e independentes das esferas de poder.

Propomo-nos a representar os associados da Adunicamp, defendendo seus interesses, a qualidade de suas condições de vida e de trabalho, seus salários. Defender interesses corporativos – tão desqualificados atualmente – é função primordial das entidades sindicais. Entendemos que não há demérito algum em pertencer à corporação de professores universitários; ao contrário, devemos nos orgulhar de tal inserção, pois é pelas lutas dessa corporação que a Universidade Pública Brasileira tem resistido aos ataques sistemáticos. Lutar por salários e condições de trabalho de docentes e técnico-administrativos, pela isonomia e paridade, é lutar pela qualidade da Universidade.

**É também por este motivo que nos apresentamos como candidatos à diretoria da Adunicamp, propondo-nos a conduzir nossa entidade com autonomia e democracia.**

É neste contexto de respeito e valorização dos associados que se inscrevem algumas das ações da atual diretoria da Adunicamp. A percepção da ausência de um espaço adequado – seja na universidade, seja na própria sede da Adunicamp – para uma pausa em nossas atividades (quase em moto-contínuo), um espaço onde possamos almoçar, encontrar amigos, conversar, ouvir uma música agradável, lançar livros, expor trabalhos, até simplesmente tomar um café e ler os jornais foi o

**Sabemos que os interesses dos docentes da Unicamp não se esgotam na esfera da própria universidade, mas exigem lutas políticas mais amplas. É por isto que no ano passado, combatemos intensamente a contra-reforma da previdência, e neste ano estamos combatendo a contra-reforma da universidade e os ataques a sindicatos e trabalhadores, embutidos nas propostas de contra-reformas sindical e trabalhista.**

mote para uma nova construção na sede da Adunicamp; a acanhada e inadequada cantina dará lugar a um restaurante, com espaços para piano bar, salão de jogos, leitura, exposições. Este espaço será inaugurado em breve e, temos certeza, dará nova dimensão às relações entre os docentes e deles com a sua entidade, propiciando maior aproximação e fortalecimento dos vínculos dos associados com a Adunicamp.

Sabemos, também, que tais lutas não podem ser travadas apenas pela Adunicamp, que deve buscar interlocução e articulação com o movimento docente estadual e nacional. Assim, consideramos fundamental fortalecer os vínculos com as demais entidades que, ao lado da Adunicamp, compõem o Fórum das Seis e também com o ANDES-SN (Sindicato Nacional de Docentes do Ensino Superior), ao qual a Adunicamp é filiada.

## **PORQUE APOIAMOS A CHAPA 3 NA ELEIÇÃO DO ANDES-SN**

O Andes-SN é a entidade sindical que congrega as Ad's que a ela se filiam, como a Adunicamp, e as representa no plano nacional.

Neste momento de intensos ataques do governo federal à Universidade Pública, o movimento docente nacional explicita suas divergências e suas opções políticas. A Chapa 3 defende o princípio de que o ANDES-SN deve se manter um sindicato forte, autônomo e democrático, independente de quaisquer instâncias de poder constituído, defendendo a Universidade Pública e Gratuita e os interesses de seus docentes, lutando contra quaisquer tentativas de reduzir os direitos de trabalhadores. Apoiada pela atual diretoria do ANDES-SN, que lutou contra a destruição da Previdência Pública e Solidária, e agora luta contra a destruição da Universidade Pública e Gratuita, a Chapa 3 é composta por docentes que têm uma história de engajamento nestas lutas, de coerência entre discursos e práticas, e de intransigência em relação a princípios. Esta intransigência – fundamental em quem nos representará – não significa, obviamente, intransigência nas negociações;

significa, apenas, que quando se trata de princípios, não se pode negociar, nem ser cooptado.

A Chapa 3 coloca-se, abertamente, contra as gratificações – as famosas GED e GID, que temos a graça de não conhecer nas estaduais paulistas e que romperam de vez com a isonomia e a paridade de salários entre ativos e aposentados nas Universidades Federais –. Aliás, neste ano, o governo federal propôs aos docentes das Universidades Federais reajustes diferenciados nas gratificações e não nos salários, o que quebra ainda mais a isonomia e a paridade (as gratificações não são incorporadas) e tal proposta vem sendo defendida, nas assembleias das ADs, por um grupo de docentes.

Neste momento crucial para a Universidade Pública, não podemos correr o risco de ver entidades sindicais transformadas em correias de transmissão do governo e de partidos.

Entendemos que não compete a entidades sindicais a tarefa de fazer com que um governo fracasse ou tenha sucesso; aos sindicatos compete lutar para que o governo – qualquer governo – adote políticas adequadas ao desenvolvimento da nação brasileira e à melhoria efetiva

da qualidade de vida da população.

Este apoio à Chapa 3, assumido pela **Chapa Autonomia e Democracia**, também foi tornado público pela atual diretoria da Adunicamp. Cada um de nós, membros da atual diretoria e da chapa, temos nossas opções políticas, conhecidas por toda a comunidade docente da Unicamp. Acreditamos que explicitar as posições e opções políticas que embasam as ações da diretoria constitui uma das maiores garantias que podemos oferecer aos associados de nosso rigor em não utilizar a entidade, sua infra-estrutura, seus recursos materiais e financeiros a serviço de interesses partidários. A partidização de uma entidade pressupõe o ocultamento de ações e de suas motivações. Certamente, este não é o nosso caso.

**Por fim, os docentes da Unicamp podem ter certeza de que nos mantemos nesta caminhada, com o melhor do nosso entusiasmo, lutando para que não se apague o futuro.**

## PONTOS PROGRAMÁTICOS

### A chapa Autonomia e Democracia propõe-se a:

- ▶ defender a Universidade Pública, Gratuita, Laica, de qualidade e socialmente referenciada;
- ▶ lutar para que o preenchimento de cargos docentes na Unicamp seja feito através de concurso público, de modo a excluir situações de relação de trabalho precárias ou excepcionais;
- ▶ combater a precarização das relações de trabalho dos docentes e funcionários das Universidades Públicas;
- ▶ defender o ensino público, gratuito e universal em todos os níveis, como dever do Estado e lutar por sua ampliação;
- ▶ fortalecer o Conselho de Representantes da Adunicamp, respeitando e executando suas deliberações;
- ▶ fortalecer a unidade entre as entidades do Fórum das Seis como espaço da luta por salários e isonomia salarial e da discussão de políticas que afetam as universidades públicas paulistas, destacando-se a questão dos modos de ampliação do sistema universitário público e gratuito no Estado;
- ▶ fortalecer o ANDES-SN, no âmbito do movimento docente nacional, que tem-se mostrado o principal instrumento de luta em defesa da Universidade Pública e Gratuita brasileira;
- ▶ propiciar a participação dos docentes na discussão de questões pertinentes à vida universitária, por meio de Ciclos de Debate e Grupos de Trabalho;
- ▶ estreitar as relações com as entidades de técnico-administrativos e de estudantes da Unicamp, no sentido de reforçar as lutas comuns;
- ▶ combater as políticas neoliberais de ajuste financeiro e reforma do Estado, bem como as políticas educacionais e de ciência e tecnologia propostas pelo Banco Mundial e o FMI, que não atendem às demandas sociais e econômicas do Brasil, em conjunto com as categorias, entidades e movimentos sociais organizados.